



Presidente do Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos

O que ainda falta fazer no SNS

António Araújo

O SNS vai cumprir mais um ano ao serviço da solidariedade e justiça social. Solidariedade real, anónima, entre todos os cidadãos e justiça social na equidade do acesso a (bons) cuidados de saúde. É por estes motivos que o SNS é um pilar da coesão social e tem sido responsável pelo incremento nos indicadores de saúde verificado nos últimos 38 anos. Mas acreditar que o seu futuro está linearmente assegurado é um erro.

O SNS precisa de novos rumos para que seja sustentável financeiramente, evolua com a modificação das necessidades dos cidadãos e cumpra todos os desígnios para os quais foi criado. Mas a reforma tem de ser global, tem que envolver e responsabilizar todos os que nele, direta ou indiretamente, participam, ter razoabilidade e aplicabilidade nos objetivos e nos prazos e, fundamentalmente, ser pensada a médio/longo prazo.

É forçoso iniciar este movimento com um incremento sensível e persistente da literacia em saúde, nos programas escolares e com estratégias de informação, de modo a capacitar o cidadão/utente para que possa tomar as melhores decisões acerca da sua saúde e integrar-se da forma mais adequada na organização e funcionamento dos serviços.

A promoção da saúde e a prevenção da doença deverão ser um desiderato primordial.

Outra vertente que vai necessitar de atenção prende-se com a reestruturação da rede de cuidados de saúde. Sublinhando-se as mais-valias da centralização nos cuidados primários da orientação dos doentes, será fundamental incrementar a ligação destes aos hospitais. Acresce, ainda, que é urgente realizar uma reestruturação da rede hospitalar, onde cada um saiba que doentes deve tratar ou para onde os tem que referenciar. Será, também, necessário investir na modernização de alguns centros de saúde e construir/restruturar várias unidades de média/grande dimensão. A curto prazo terá que haver um investimento importante em equipamentos pesados, como aparelhos de TAC ou de RMN, e terá que se atualizar rapidamente a rede informática. Serão necessárias medidas para ajuste progressivo e adequado dos quadros de pessoal às necessidades da população, para os fixar no SNS, em particular, mesmo que em colaboração com o poder local, nas zonas mais carenciadas do país. Deverá ser dada a devida importância ao grau de satisfação pessoal e de realização profissional que os profissionais de saúde conseguirão obter com o seu trabalho, melhorando-se as condições em que exercem e atribuindo-lhes uma remuneração justa

e diferenciada de acordo com o trabalho realizado e a qualidade deste.

Por fim, mas da maior importância, terá que haver uma dotação orçamental, para o SNS e suas unidades de saúde, racional, ajustada à realidade e aos encargos financeiros dos diversos estabelecimentos, ao número e à complexidade de atos em saúde aí praticados, aos investimentos em instalações e equipamentos previstos, ao aumento do custo da saúde. Mais do que falarmos de um pacto para a saúde entre os diversos partidos, importante mas não fundamental, será necessário encontrar entendimentos para o estabelecimento de orçamentos plurianuais, de modo a que se contemple o financiamento a curto/médio prazo mas também o investimento que vai ser necessário efetuar. As unidades de saúde têm o dever de estabelecer qual o incremento em profissionais de saúde que necessitam, quais as obras que vão ser necessárias, qual a maquinaria que esgotará o seu prazo de validade e qual deve ser disponibilizada aos seus utentes, de modo a permitir exigir ao Ministério da Saúde e aos partidos que estabeleçam um orçamento, para a saúde, para um período alargado.

Ainda há muito a fazer pelo SNS. Este é um projeto que diz respeito a todos os portugueses e que, por este motivo, deve contar com o empenho de todos.